

# **Exportações e mercado doméstico: a criação de um ambiente favorável ao emprego formal 2002-2008**

Cassiano José Bezerra Marques Trovão <sup>1</sup>

## **Resumo**

*O objetivo deste trabalho é apresentar resumidamente as principais características da evolução econômica do período 2000 – 2008, destacando os papéis importantes da indústria e das exportações para a geração de emprego formal. A recuperação do emprego formal industrial após duas décadas de baixa atividade econômica indica a possibilidade de se alterar de forma importante as condições socioeconômicas da população brasileira, a partir das principais fontes de transformação social, o mercado de trabalho formal e a ação do Estado.*

**Palavras chave:** Emprego formal; Indústria; Setor exportador.

## **Abstract**

**Exports and Brazilian domestic market: the creation of a favorable environment to formal employment**

*The intent of this paper is to present briefly the main characteristics of the economic evolution of the period 2000-2008, highlighting the important roles of industry and exports to the creation of formal employment. The formal industrial employment recovery, after two decades of low economic activity, indicates the possibility to change significantly the socioeconomic conditions of the Brazilian population, from the mains sources of social transformation (the formal labor market and the State action).*

**Keywords:** Formal labour; Industry, Export sector.

## **Introdução**

A economia brasileira, na década de 2000, passou por transformações de caracteres econômico e social. Essas transformações foram orientadas por fatores distintos em momentos distintos.

Podem ser identificados quatro momentos distintos pelos quais passou o país nessa década. O primeiro refere-se ao período de 2000 a 2004, que se mostrou como o motor de arranque para o crescimento sustentado que se observaria no

---

(1) Doutorando em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da Unicamp (IE/Unicamp).

período subsequente. O segundo, que diz respeito ao quadriênio 2005-2008, foi marcado por taxas de crescimento razoavelmente elevadas e em ascensão até a eclosão da crise econômica e financeira de escala global que emergiu no final de 2008. O terceiro período, que se estende do último trimestre de 2008 ao final de 2009, ficou marcado pelo pior momento dessa década, em que se observou uma queda acentuada da atividade econômica bem como a destruição de milhares de postos de trabalho, em especial na indústria. O último período é o da recuperação que, após um resultado de aproximadamente zero para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2009, apresentou uma taxa da ordem de 7% para o aumento do PIB.

A origem do movimento favorável à economia brasileira deu-se no bom desempenho exportador brasileiro, após a forte desvalorização cambial de 1999 e de 2002. Devido às alterações favoráveis no contexto econômico internacional, nas quais se destacam o crescimento do PIB mundial e as elevações da demanda por bens em que o Brasil é reconhecidamente competitivo e dos investimentos internacionais, a expansão das exportações brasileiras no início da década orientou o crescimento econômico, que a partir de então tomou forma e apresentou-se de maneira sustentada.

A partir de 2004 outros fatores apresentaram-se como motor do bom desempenho econômico brasileiro. De acordo com Barbosa e Souza (2010) o “Brasil iniciou uma nova fase de desenvolvimento econômico e social, em que se combinam crescimento econômico com redução nas desigualdades sociais”. O elemento chave desse novo cenário diz respeito à retomada do papel do Estado no estímulo ao desenvolvimento social e no planejamento e na ampliação do papel da política pública como elemento dinamizador da economia. Considera-se esse quadro como uma transformação na concepção do papel do Estado que se consolidou no segundo mandato do Presidente Luis Ignácio Lula da Silva<sup>2</sup>.

---

(2) Há uma controvérsia quanto aos fatores que propiciaram o bom desempenho da economia brasileira a partir de 2004/2005. Filgueiras et al. (2010) apresenta o debate que existe em torno desse tema e faz uma crítica a esse respeito. Segundo o autor: “A oposição de direita ao governo Lula, por sua vez, identifica o “novo momento” como resultado das reformas neoliberais implementadas durante a década de 1990 (governos Collor e FHC), bem como da maturação e persistência da mesma política macroeconômica iniciada no segundo governo FHC, após a crise cambial de janeiro de 1999, qual seja: metas de inflação, elevados superávits fiscais primários e câmbio flutuante. A orientação neoliberal e a política macroeconômica teriam tornado o capitalismo brasileiro mais competitivo, estabelecendo novas condições para o crescimento econômico. Adicionalmente, essa visão ressalta a “sorte” de Lula, por ter se beneficiado da fase ascendente de um novo ciclo de crescimento da economia mundial (2002/2008)”.

Apesar de se acreditar que a economia brasileira tenha apresentado um bom desempenho econômico, principalmente a partir de 2004, Gonçalves (2010) afirma que o desempenho da economia brasileira ficou “aquém de sua experiência histórica”. Para o autor, o grande responsável por esse desempenho, que aqui se considera como “bom”, foi o contexto internacional favorável e que, ao se isolar esse efeito, o desempenho do Brasil nesse período “só não foi pior que o governo Collor”, no início dos anos 90.

O presente estudo, diferentemente de Gonçalves (2010), verifica a existência de uma “inflexão no governo Lula”, assim como apontam Barbosa e Souza (2010). Estes autores defendem que o papel do Estado e as decisões tomadas pelo governo, em especial a partir de 2004, foram importantes para o direcionamento do crescimento em favor da sociedade brasileira.

Mesmo sem tentar encontrar um sentido de determinação entre as diferentes fontes de dinamismo da atividade econômica nesses dois períodos destacados, isto é, mesmo sem fazer um julgamento a respeito de possíveis causalidades, faz-se necessário observar que essas estão intimamente ligadas e aparecem como elementos fundamentais nas transformações socioeconômicas.

### **Principais aspectos das transformações socioeconômicas do Brasil na primeira década do Século XXI**

No período de 2000 a 2004, o crescimento das exportações apresentou-se como o motor de arranque para a recuperação do crescimento econômico logo no começo da década. O contexto externo favorável, entendido como o aumento do produto mundial, da demanda internacional por bens e serviços brasileiros e dos investimentos externos, em especial aqueles de caráter produtivo, somado a uma crise cambial originada no final de 1999, que levou a moeda nacional a uma forte desvalorização, permitiram ao Brasil a expansão de suas exportações. O aquecimento do setor exportador permitiu um crescimento de 4,3% do produto interno bruto em 2000.

De acordo com Gonçalves (2010), no período de 2003 a 2008 a economia mundial cresceu à taxa média anual de 4,2% e as exportações mundiais de bens e serviços a 7,6%. Em uma análise de longo prazo pode-se destacar que a conjuntura econômica internacional mostrou-se significativamente favorável ao

desenvolvimento nacional brasileiro. Segundo o autor, esse foi o elemento que permitiu o que aqui se chamou de bom desempenho da economia brasileira.

Porém, defende-se que outros elementos contribuíram para o crescimento sustentado das exportações durante todo o período, mesmo que essas tenham perdido espaço para o mercado doméstico na dinamização do crescimento econômico após 2005. Ademais, não se pode deixar de mencionar que algumas estratégias e políticas governamentais de inserção internacional, de diversificação de parceiros comerciais e de ajuste diante da conjuntura internacional após 2003, também foram fundamentais para o desempenho brasileiro nesse período.

É nesse sentido, portanto, que se defende que o principal elemento dinamizador da economia brasileira a partir de 2004/2005 foi o novo posicionamento do Estado frente às demandas do desenvolvimento econômico e social que se consolidou no também novo cenário nacional<sup>3</sup>.

A partir da constatação do papel fundamental das exportações para o arranque do crescimento do PIB, considera-se que estas não aparecem como único fator de incentivo ao crescimento. A atividade exportadora é maior que apenas o fato de exportar. Ela permite o aumento da quantidade de divisas internacionais que podem ter diversos direcionamentos, como o pagamento da dívida externa com o Fundo Monetário Internacional (FMI), efetuado no segundo mandato do Governo Lula.

O crescimento da atividade exportadora também se relaciona com um conjunto de outras atividades que estão envolvidas nesse processo. De acordo com Souza (2005) o crescimento das exportações possui dois efeitos: um multiplicador e outro de aceleração sobre o mercado interno não exportador. Pode, portanto, afetar o processo produtivo sobre três óticas: 1) o encadeamento para trás, que se refere ao impacto das exportações sobre atividades de produção de insumos e bens de capital para o setor exportador; 2) o encadeamento para frente, criando demanda por serviços de transporte, comunicação e financiamentos e demanda por insumos domésticos, impulsionando atividades secundárias de processamento e; 3) afetando significativa e positivamente a demanda final, por meio do crescimento da renda e do emprego.

---

(3) Deve-se salientar que no final de 2008 o mundo presenciou o surgimento de uma crise internacional de proporções elevadas que prejudicou sensivelmente o desempenho econômico brasileiro em 2009.

Em síntese, as exportações são capazes de movimentar e aquecer setores próximos da cadeia produtiva do produto que será exportado. No entanto, deve ficar claro que essa argumentação não se refere a um posicionamento irrestrito ao direcionamento da política econômica para única e exclusivamente o setor exportador, mas que este aparece como um fator importante nesse contexto de transformação da economia brasileira.

No que se refere à alteração na concepção do papel do Estado, em especial a partir de 2004, percebe-se que esta também se mostrou como fonte importante de transformação econômica e social no Brasil nesse período.

Nesse ponto, cabem algumas considerações a respeito das interpretações sobre a evolução da gestão da política econômica brasileira. Para Barbosa e Souza (2010) o Governo Lula teve que fazer, logo no início de 2003, um ajuste necessário, que para o autor significava “um ajuste macroeconômico sólido para retomar o controle da situação monetária, fiscal e cambial do país”.

Já Gonçalves (2009) afirma que o Brasil “andou para trás” tanto na fase “boa” quanto na fase “ruim” da economia mundial. Sua explicação passa por três pontos: o primeiro refere-se à extraordinária vulnerabilidade externa da economia brasileira<sup>4</sup>; o segundo as características do modelo liberal periférico que, para o autor, vem sendo implementado no país desde o final dos anos 80<sup>5</sup>; e, por fim, aos erros e equívocos das políticas e estratégias do Governo Lula.

O presente estudo posiciona-se de maneira contrária à interpretação crítica de Gonçalves (2009) a respeito da opção estratégica adotada pelo governo. Portanto, defende-se que as ações do Estado brasileiro desse período contribuíram de maneira expressiva para a sustentação do crescimento e para a recuperação da economia em 2010, logo após um resultado pífio do PIB em 2009, oriundo dos problemas resultantes da crise econômica e financeira internacional que se abateu sobre o Brasil e o mundo a partir do final de 2008.

No entanto, o autor tem razão quando fala sobre a questão da vulnerabilidade externa estrutural da economia brasileira. Seu argumento é válido, especialmente no que se refere à gestão do câmbio. Essa variável é

---

(4) Mesmo o Brasil tendo aumentado significativamente suas reservas internacionais.

(5) O autor afirma que Lula apenas manteve o mesmo modelo econômico herdado, principalmente da década anterior.

uma das mais importantes para o setor exportador, pois está intimamente ligada à competitividade da produção nacional. Ademais, reconhece-se que um dos maiores equívocos da política adotada pelo Governo Lula foi a não promoção de uma política cambial efetiva de aumento da competitividade dos produtos nacionais.

Uma política efetiva de câmbio tem por objetivo tornar os produtos nacionais mais competitivos no mercado internacional e impede que produtos estrangeiros entrem no mercado brasileiro para substituir a produção nacional.

De acordo com Carcanholo (2010) a política cambial não se alterou desde o início dos anos 90. Na visão do autor a “determinação da taxa de câmbio segue um esquema de flutuação suja, ou seja, o mercado cambial determina o valor da moeda nacional em relação à moeda conversível, e o Banco Central atua no mercado, ora comprando, ora vendendo, de forma a tentar manter essa flutuação da taxa de câmbio, segundo os parâmetros que lhe parecem convenientes”. A gestão da política cambial não se alterou e, de certa forma, permitiu que o câmbio se apreciasse, prejudicando a atividade industrial nacional no sentido da substituição de produtos nacionais por importados. Esse quadro se reflete na elevação expressiva das importações a partir de 2003, no bojo do movimento de apreciação cambial.

No entanto, apesar da não promoção de uma política cambial efetiva, no âmbito da ação estatal, acredita-se que o Governo brasileiro, em especial a partir de 2005, se posicionou no sentido de ampliar seu papel direcionando e dando um rumo para o crescimento, de forma que esse proporcionasse ganhos para a sociedade brasileira.

Esse direcionamento em favor da sociedade, que se chamou de alteração na concepção do papel do Estado, teve como principais elementos: o aumento nos gastos com investimento produtivo e em infraestrutura, fortalecimento de bancos públicos de fomento, como o BNDES, política salarial ativa de valorização do piso mínimo legal e os programas de transferência direta de renda, dando sustentação para o crescimento da massa de renda da população, a ampliação do crédito ao consumidor, que permitiu aumentar a demanda interna e aquecer o setor industrial nacional. O aumento do crédito às empresas e os incentivos fiscais dados para aqueles que tinham por objetivo investir produtivamente, o aquecimento do setor de construção civil e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com suas

diversas obras, também foram responsáveis por essas transformações favoráveis à economia brasileira.

De acordo com Sant'Anna et al.:

O desenvolvimento econômico guarda forte relação com a ampliação do crédito. A maior disponibilidade de empréstimos permite que a demanda efetiva se expanda e, conseqüentemente, gere uma aceleração da trajetória de crescimento da renda e do emprego. O acesso ao crédito permite às famílias aumentar seu consumo de bens duráveis e investir, em especial, em residências e educação (2009, p. 153).

Os autores afirmam que assim como o crédito às famílias, o crédito às empresas para investimentos de longo prazo permite que essas se arrisquem em empreendimentos de maior escala, gerando empregos e renda. Isso faz com que a demanda efetiva da economia aumente, criando um círculo virtuoso, no sentido de um aumento do investimento gerar um incremento do emprego e da renda, que aumenta o consumo e que, por fim, permite o aumento de novos investimentos, fechando o círculo.

Sant'Anna et al. (2009) relata a importância do BNDES como instrumento de fomento ao investimento privado e como fonte geradora e impulsionadora do crescimento econômico. Afirma que “nos momentos em que o mercado se contrai, como no período 2001-2003, o Banco amplia sua participação relativa ao garantir acesso ao crédito às empresas em momentos de liquidez escassa”.

Durante os anos da década de 2000 o papel do BNDES ganhou destaque como um dos elementos de dinamismo da economia brasileira. O aumento da participação dos empréstimos desse banco público no PIB pode ser entendido sob duas óticas: o BNDES atua como baliza para todos os agentes de crédito da economia, bem como no papel de estabilizador do crédito nacional, como no caso da crise observada no final de 2008<sup>6</sup>.

---

(6) Segundo Sant'Anna et al. (2009), “em resposta à crise financeira internacional, a participação do BNDES voltou a crescer, alcançando 17% no fim de 2008, i.e., houve um ganho de participação relativa de 1,0% no mercado de crédito em apenas três meses. Destaque-se que esse aumento na participação relativa decorreu, de fato, de um incremento nos desembolsos do BNDES acumulados em 12 meses, que passaram de um patamar de 2,4% do PIB, em janeiro de 2008, para 3,1% do PIB, em dezembro de 2008. Nesse sentido, o incremento da participação do BNDES no mercado cresceu em virtude de uma política ativa de ampliação de empréstimos” (Sant'Anna et al., 2009, p. 53).

Portanto, pode-se perceber que o contexto internacional positivo e as alterações no perfil e na condução de alguns elementos que definem a nova concepção sobre o papel do Estado brasileiro permitiram a este país alcançar uma situação mais favorável do ponto de vista econômico e social.

Nesse contexto de crescimento econômico com expansão das exportações, do mercado doméstico, além da recuperação da atividade industrial, é que se pretende avaliar algumas das transformações socioeconômicas no Brasil do período 2000 – 2008. A dinâmica particular desse período pautou-se por dois movimentos importantes:

1) Crescimento econômico sustentado com relativa estabilidade de preços;

2) Crescimento do emprego e da renda com destaque para o aumento no nível do emprego formal e da diminuição das taxas de desemprego.

A princípio, deve ficar claro que esses movimentos devem ser entendidos a partir de uma lógica mais geral de funcionamento da economia. Essa lógica se dá pela conexão entre esses movimentos; entretanto, um extrapola sua influência e afeta o outro. O que se quer deixar claro é que há uma forte ligação entre eles e que caminham *pari passu* à evolução da sociedade brasileira. Ademais, sua conexão e sua influência ultrapassam a esfera econômica, atingindo e transformando também as esferas política e social.

### **Expansão econômica e sua relação com o crescimento do emprego**

Com relação à esfera econômica ficam claros os importantes papéis da estabilidade monetária, da baixa inflação e do crescimento econômico. Essa estabilidade, em especial a de preços, além de garantir o poder de compra dos salários e diminuir a necessidade de constantes lutas dos trabalhadores por reajustes salariais, permitiu criar um ambiente favorável ao investimento produtivo, diminuindo incertezas e aumentando a previsibilidade quanto ao risco do investimento<sup>7</sup>. Este deve ser entendido pela aplicação de capital na esfera produtiva por meio da ampliação do tamanho das plantas, compra de máquinas, equipamentos e pela contratação de pessoal.

---

(7) Sobre a questão dos benefícios da estabilidade para o desenvolvimento ver Hermann (2002).

A combinação de crescimento com estabilidade garantiu ao Brasil um cenário extremamente favorável do ponto de vista da geração de empregos, em especial aqueles de caráter formal. Essa geração mostrou-se suficientemente capaz de absorver o crescimento da população economicamente ativa (PEA), que cresceu em menor ritmo que o emprego.

O crescimento do emprego nos anos 2000 assumiu papel fundamental nas transformações sofridas pela sociedade brasileira. Em primeiro lugar permitiu o incremento da massa salarial, que teve um papel fundamental na manutenção do consumo das famílias, que aparece como o principal elemento de impulso ao crescimento no segundo momento desse período.

Em segundo, o crescimento do emprego acima do crescimento da população economicamente ativa garantiu, de certa forma, a incorporação de um grande contingente de pessoas ao mercado de trabalho, permitindo a diminuição das taxas de desemprego.

Porém, não só o aumento do emprego mostrou-se relevante para a evolução do consumo; a ação do Estado garantindo uma política salarial consciente de elevação do salário mínimo, que afeta não só o mercado de trabalho, mas também todos aqueles que recebem algum tipo de pensão ou aposentaria, dado que estas têm seu piso baseado no mínimo, também aparece como um dos principais elementos dessa transformação.

A defesa da importância de uma política de valorização do salário mínimo aparece em vários autores como Carneiro (2005) que afirma que essa política deve fazer parte de uma estratégia mais ampla e que garanta a elevação do poder de compra da população, aumentando o padrão de vida das pessoas. De acordo com Medeiros (2005), a valorização do salário mínimo tem um efeito multiplicador importante sobre a renda das famílias, ampliando sua capacidade de consumo, em especial a das mais pobres. Assim como esses autores, Sabóia (2005) também defende uma política de valorização real do piso mínimo legal, pois este serve como um farol para o estabelecimento de contratos, incluindo aqueles oriundos da proteção social ou, até mesmo, os contratos informais de trabalho. Isso implica em se afirmar que, além de proporcionar ganhos reais para os trabalhadores formais, o salário mínimo é, também, uma baliza para todo o mercado de trabalho, inclusive para os trabalhadores informais.

O programa de transferência direta de renda, o Bolsa Família, ampliado logo no início do primeiro mandato de Lula, também guarda uma função importante, principalmente no que tange ao aumento do consumo e da dinamização de economias locais, em especial na região Nordeste do país, onde se concentra a maior parte dos recursos do Programa<sup>8</sup>.

Em resumo, o crescimento econômico, a geração de emprego formal, o aumento do valor do salário mínimo, a ampliação dos programas de transferência de renda e a estabilidade monetária, abriram espaço para que o Brasil pudesse incorporar de maneira definitiva à sua agenda alguns elementos que são prioridade para o desenvolvimento econômico e social da população brasileira, como a diminuição da desigualdade de renda e os problemas relacionados à pobreza. Essas são questões recorrentes no Brasil e, ao longo dessa década, receberam um grande destaque.

### **A dinâmica de crescimento do emprego formal nos anos 2000**

A década de 2000 apresentou uma característica importante do ponto de vista do mercado de trabalho. Essa característica tem como origem um dos movimentos que conformam as transformações ocorridas na sociedade brasileira.

O movimento que dinamiza e transforma o mercado de trabalho e, de maneira geral a sociedade como um todo, é o crescimento do produto e, por consequência, do emprego, em especial, o formal. A razão para tal afirmação reside no fato de que o Brasil conseguiu gerar em oito anos, de 2000 a 2008, 13,2 milhões de novos postos de trabalho formal.

De todos os empregos formais gerados, destaca-se o importante papel da indústria. A contribuição do setor industrial para o crescimento do emprego formal nesse período foi de 26% (3,4 milhões inclusive construção civil), ficando atrás, apenas, do setor de serviços, inclusive o comércio.

A tendência geral é apresentada por Baltar (2009) em uma comparação entre o período de maior crescimento do PIB brasileiro, os anos 1970 anteriores à crise da dívida, e o período pós 2004. O autor afirma que:

---

(8) Sobre os impactos do Programa Bolsa Família ver Weissheimer (2006) um livro publicado pela Fundação Perseu Abramo que faz uma avaliação importante a respeito dos aspectos sociológicos e econômicos do programa. Relata a importância desse programa para a redução da desigualdade, mas principalmente para a transformação de milhões de vidas de brasileiros pelo país inteiro.

A relação entre as taxas de crescimento do PIB e do número de pessoas ocupadas foi pouco a pouco revelando o patamar da elasticidade renda da geração de oportunidades ocupacionais, associado àquela trajetória de crescimento da economia, com o PIB crescendo a pouco mais de 5% ao ano e as ocupações cerca de 2% ao ano. Nota-se que esta elasticidade renda do emprego não é muito mais baixa do que a verificada na década de 1970 (antes da crise da dívida externa), quando o PIB crescia a 7% a.a. e a ocupação das pessoas cerca de 3% a.a., indicando uma elasticidade média de aproximadamente 0,40. A diferença entre as duas trajetórias de crescimento, no que diz respeito à geração de oportunidades para ocupar as pessoas, não está tanto na relação entre as intensidades de expansão do PIB e do emprego, mas no próprio ritmo de crescimento da economia, muito menor no período recente (Baltar, 2009, p. 4).

Esse movimento indica que se o país alcançasse taxas de crescimento do produto superiores, a geração de emprego seria muito próxima ao período conhecido como “milagre econômico”. Isso implica em afirmar que o crescimento econômico é condição indispensável para melhorar as condições de vida da população e se dá pela principal via de transformação social, a geração de emprego.

Somado a isso, o cenário favorável à sociedade brasileira durante esse período está associado, também, a outro elemento de grande importância: o crescimento da renda. De acordo com Baltar (2009), houve um aumento expressivo da massa de renda, tanto pelo fator aumento do emprego como pelo aumento da renda.

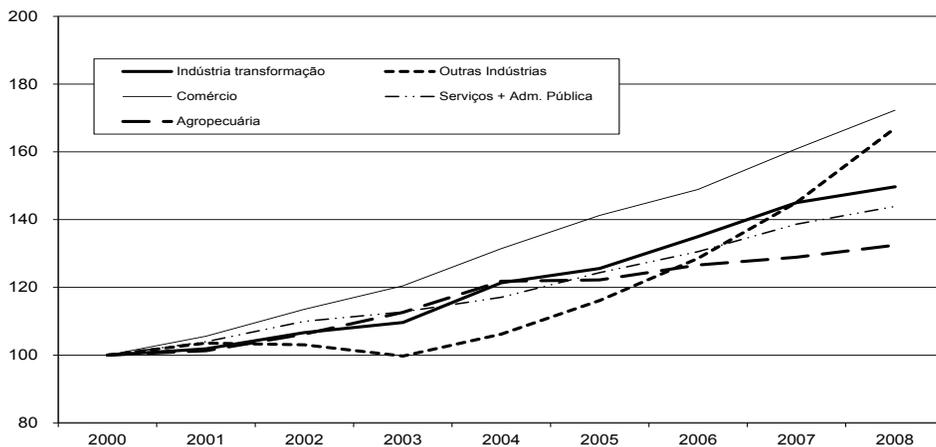
A expansão do emprego formal deu-se de forma diferenciada para os diferentes setores da economia brasileira. O comércio e a indústria de transformação apresentaram, relativamente, uma característica diferenciada. Esses dois setores perceberam um aumento constante do emprego entre 2000 e 2008.

Por outro lado, os outros setores industriais (serviços de utilidade pública e indústria extrativa), os serviços, a administração pública e a agropecuária apresentaram basicamente a mesma característica, em termos de evolução do número de ocupados. Essa característica se dá pela distinção de dois momentos. O primeiro, de 2000 a 2003, pode ser caracterizado como um período de

estabilidade ou de baixo crescimento do emprego. Já o segundo, caracterizou-se pelo crescimento expressivo e sustentado de postos formais de trabalho.

Gráfico 1

Evolução do estoque de ocupados formais com vínculo ativo em 31/12 por setor de atividade (2000 = 100) - Brasil, 2000-2008



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais – RAIS. Elaboração própria.

De forma sintética, há uma diferença expressiva entre os dois períodos. Com exceção do comércio, pode-se perceber que o coeficiente angular da curva que ilustra o comportamento do emprego se altera. Entre 2000 e 2003 o valor desse coeficiente é sensivelmente menor se comparado ao período de 2004 a 2008, o que indica uma mudança no ritmo de crescimento do emprego formal, no transcorrer da década.

Como tendência, pode-se afirmar que a partir de 2004 há uma elevação sensível do número de postos de trabalho em todos os setores da economia. O setor que apresentou menor ritmo de crescimento do emprego formal foi o da agropecuária, 32%. Já o de maior dinamismo foi o do comércio, 72% entre 2000 e 2008, seguido de perto pelo setor industrial (outras indústrias, 67% e transformação, 50%).

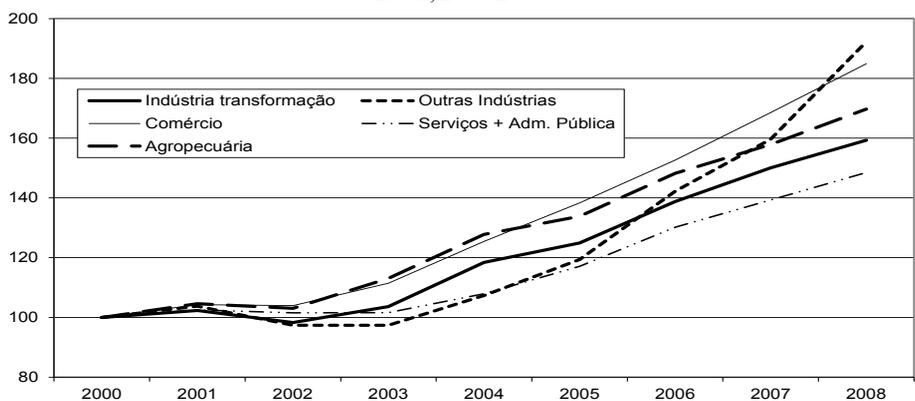
O crescimento do produto interno pode ser considerado um dos principais responsáveis por essa alteração positiva no mercado de trabalho formal. Nesse

sentido, cabe destacar que esse movimento favorável não se deu somente no aumento do número de pessoas ocupadas.

O crescimento da economia e a sua sustentação ao longo da década permitiram um elevado incremento na massa salarial que, de maneira geral, aumentou em termos reais 57%, entre os anos de 2000 e 2008.

No entanto, assim como na evolução do número de empregos formais, a massa salarial apresentou dois comportamentos distintos no decorrer do período. No primeiro momento, de 2000 a 2003, o coeficiente angular da curva da massa de salários, em todos os setores da economia, foi praticamente zero, indicando certa estagnação. No segundo momento, a partir de 2004, nota-se uma expressiva alteração desse coeficiente, o que indica uma elevada aceleração no ritmo de crescimento do total dos salários. Isso implica, portanto, uma alteração positiva na situação salarial dos setores formais da economia brasileira.

Gráfico 2  
Evolução da massa salarial real dos ocupados formais por setor de atividade (2000 = 100)  
Brasil, 2000-2008



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais – RAIS. Elaboração própria.

O crescimento da massa salarial pode ser entendido por dois fatores: de um lado, houve um forte incremento do número de trabalhadores e, por outro, uma elevação dos próprios salários. Deve-se destacar que a massa salarial cresceu mais que o volume do emprego significando, portanto, que a evolução dos salários também apresentou uma contribuição importante para explicar esse movimento.

As razões para tal estão na alteração da gestão da política salarial, em especial o incremento real dado ao salário mínimo, e no aumento do poder de barganha dos sindicatos, em consequência do bom desempenho da economia e da geração de milhões de postos de trabalho.

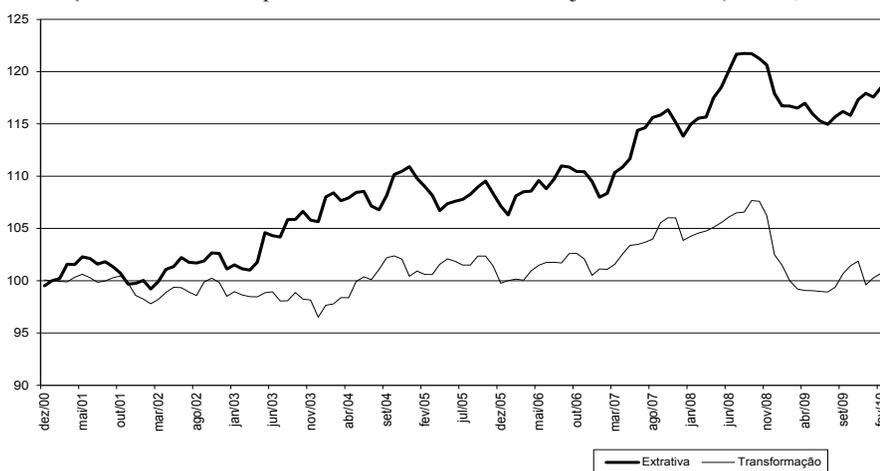
A partir da análise desse movimento, em especial aquele que emerge em 2004, verifica-se uma situação extremamente favorável à sociedade brasileira. Ao mesmo tempo em que o crescimento da economia permite o aumento do número de postos de trabalho, o crescimento do emprego e da massa de renda permitem a ampliação do consumo e, por consequência, a sustentação do crescimento econômico criando, assim, um círculo virtuoso.

Ademais cabe salientar que, no momento em que a economia se volta ao mercado interno, a partir de 2003 a evolução desse círculo virtuoso torna-se um dos determinantes do dinamismo do próprio crescimento do produto.

O emprego industrial nesse período, de acordo com os dados da Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário (PIMES), segue uma tendência positiva. Porém, não se pode deixar de notar que, a partir do último trimestre de 2008, esse setor se mostrou em situação complicada (Gráfico 3).

Gráfico 3

Evolução do total dos ocupados assalariados da indústria (jan. 2001 = 100) Brasil, 2000-2010



Fonte: IBGE. Pesquisa Industrial Mensal Emprego e Salário. Elaboração própria.

Como já explicitado, o foco deste estudo não passa pela análise dos determinantes e consequências da crise econômica que emergiu no final de 2008, porém a diminuição da atividade industrial, como já apresentado, teve forte rebatimento sobre o emprego industrial nos meses subsequentes à crise.

A atividade industrial deu fortes sinais de recuperação e, de certa forma, conseguiu alcançar patamares muito próximos ou até superiores aos momentos que antecederam à crise. No entanto, esse mesmo movimento não se observou na esfera do emprego, pois apesar de este recuperar parcela das perdas ocasionadas pela diminuição da atividade industrial, não conseguiu atingir os mesmos patamares do período anterior à crise (Gráfico 3).

A questão principal que envolve esse trabalho diz respeito ao comportamento do emprego industrial formal e suas transformações durante o período de crescimento da economia e das exportações no Brasil.

Para que esta questão fosse minimamente contemplada utilizou-se a metodologia criada por Trovão (2010), que classifica estabelecimentos do setor industrial em exportadores, aqueles ligados ao mercado externo, isto é, que exportaram algum bem ou serviço, e não exportadores, aqueles ligados ao mercado doméstico, ou seja, que não exportaram<sup>9</sup>.

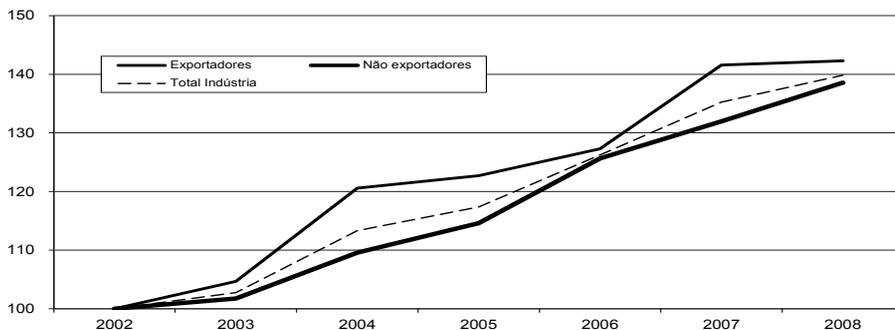
A evolução do emprego em estabelecimentos industriais, de acordo com as informações da RAIS, indica que, a partir de 2003, a indústria brasileira apresentou um importante papel na geração de novos postos de trabalho. O estoque de trabalhadores que mantiveram vínculo empregatício ativo até o dia 31 dezembro de 2008 aumentou cerca de 40% entre 2002 e 2008<sup>10</sup>.

---

(9) A definição de setor industrial foi extraída da classificação de Grandes setores do IBGE e que contempla os seguintes subsectores: Extrativa Mineral; Produção de Mineral Não Metálico; Indústria Metalúrgica; Mecânica; Material Elétrico, de Comunicação e de Transporte; Madeira e Mobiliário; Papel e Gráfica; Borracha, Fumo e Couros; Química; Têxtil; Calçados; Alimentos e Bebidas; e Serviço Utilidade Pública. Para maiores detalhes sobre a definição e a classificação dos estabelecimentos industriais desse estudo ver introdução ao capítulo 2, em Trovão (2010).

(10) A escolha do período 2002-2008 se deu por dois fatores: o primeiro, de caráter técnico, refere-se ao fato da série de dados sobre estabelecimentos exportadores iniciar em 2002; e o segundo diz respeito ao estudo de um período que compreende um momento de transição no padrão de crescimento sem interferência da crise econômica e financeira internacional do final de 2008.

Gráfico 4  
Evolução do estoque de ocupados formais em estabelecimentos industriais,  
segundo condição de exportação - Brasil 2002-2008



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais – RAIS. Elaboração própria.

Esse aumento representa a geração de 2,2 milhões de novos postos de trabalho, uma média de 300 mil empregos formais gerados ao ano pelo setor industrial brasileiro, a partir de 2003. Apesar de certa descontinuidade no ritmo de crescimento do emprego, os estabelecimentos exportadores apresentaram relativamente um maior crescimento do número de trabalhadores industriais, 42% entre 2002 e 2008. Uma das principais causas do aumento do número de ocupados no setor industrial exportador deu-se pelo sensível aumento no número de estabelecimentos sob essa condição.

Portanto, constatou-se que o crescimento da atividade econômica e ritmo acelerado de expansão das exportações, mostraram-se extremamente favoráveis à geração de emprego, isto é, crescimento econômico com aumento da atividade industrial e das exportações é fundamental para a dinamização da economia e para ampliar as possibilidades de se alterar positivamente a condição socioeconômica da população brasileira.

## Conclusão

A conclusão deste trabalho pretende ressaltar a importância do crescimento da atividade econômica, com destaque para as expressivas contribuições das exportações e do setor industrial, para a dinamização do mercado de trabalho, em especial aquele de caráter formal, e para recuperação da renda das famílias e dos salários.

Houve um expressivo crescimento do emprego formal no setor industrial brasileiro. Após um período de crise, marcado pelo ajuste produtivo intenso dos anos 90, o crescimento da década de 2000 reabriu perspectivas positivas tanto para a recomposição da base produtiva brasileira quanto para a geração de emprego nesse setor. Este movimento apresentou uma diferença importante quando comparado a outros observados durante a fase de industrialização 1930-1980, pois se fez em um contexto de estabilidade monetária com crescimento expressivo das exportações e do saldo comercial, além da diminuição da dívida externa.

Esse cenário favorável permitiu ao Estado assumir uma posição estratégica de direcionamento e de dinamização do crescimento econômico garantindo uma expansão significativa do emprego formal na indústria e em estabelecimentos exportadores, fonte importante para a ampliação de novos postos de trabalho.

O que fica evidente é a não contradição entre expansão das exportações e crescimento do mercado doméstico com ampliação das rendas das famílias e dos investimentos. Ambos podem caminhar *pari passu* e suas consequências são a ampliação expressiva do emprego formal industrial, tanto em estabelecimentos exportadores quanto não exportadores.

Em resumo, acredita-se que a incorporação de milhões de pessoas ao mercado de trabalho, como a que ocorreu no período recente da economia brasileira, é fundamental para que se conheça uma transformação socioeconômica do Brasil nos próximos anos.

### **Referências bibliográficas**

BALTAR, P.A. Estruturado emprego e renda. In: BALTAR, P. (Coord.). *Estudo Transversal - Estrutura do Emprego e da Renda*. Rio de Janeiro: UFRJ, Instituto de Economia, 2008/2009. 84p. Relatório integrante da pesquisa “Perspectivas do Investimento no Brasil”, em parceria com o Instituto de Economia da Unicamp, financiada pelo BNDES. Disponível em: <http://www.projetopib.org/?p=documentos>. Acesso em: 16 out. 2009.

BARBOSA, N.; SOUZA J. A. P. A inflexão do Governo Lula: política econômica, crescimento e distribuição de renda. In SADER, Emir; GARCIA, Marco Aurélio (Org.). *Brasil: entre o passado e o futuro*. São Paulo: Boitempo, 2010.

CANO, W.; SILVA, A. L. G. da. *Política industrial do governo Lula*. Campinas: Unicamp. IE, jul. 2010. (Texto para Discussão, n. 181).

CARCANHOLO, M. D. Inserção externa e vulnerabilidade da economia brasileira no Governo Lula. In: OS ANOS Lula – Contribuições para um balanço crítico 2003-2010. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2010. p. 109-131.

CARNEIRO, R. Desenvolvimento e salário mínimo. In BALTAR, P.; DEDECCA, C. S.; KREIN, J. D. *Salário Mínimo e desenvolvimento*. Campinas, SP. Unicamp. IE, 2005.

\_\_\_\_\_. O desenvolvimento brasileiro pós-crise financeira: oportunidades e riscos. *Observatório da Economia Global*, Campinas, Unicamp. IE. Cecon, n. 4, ago. 2010. Disponível em: [http://centrocelsofurtado.com/adm/enviadas/doc/pt\\_00000122\\_20100825134137.pdf](http://centrocelsofurtado.com/adm/enviadas/doc/pt_00000122_20100825134137.pdf).

CARVALHO JUNIOR, A. M. A política industrial e o BNDES. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 23, p. 17-28, jun. 2005.

CASTRO, I. S. B.; MOREIRA C. A. L. Reestruturação da indústria de calçados na região Nordeste nas décadas 1990/2000. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, BNB, v. 40, n. 4, out./dez. 2009.

DE NEGRI, F.; DE NEGRI, J. A.; COELHO, D.; TURCHI, L. Tecnologia, exportação e emprego. In: \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_ (Org.). *Tecnologia, exportação e emprego*. Brasília: Ipea, 2006. 533p.

DEDECCA, C. S. A redução da desigualdade no Brasil, uma estratégia complexa. In: BARROS, R. P.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. (Org.). *Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente*. Brasília: Ipea, 2007. v. 1.

DEDECCA, C., JUNGBLUTH, A.; TROVÃO, C. J. B. M. A queda recente da desigualdade: relevâncias e limites. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPEC, 36, Salvador, 2008.

FIESP. *Desempenho das exportações: até quando vai o crescimento?* Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos (Depecon). 20 set. 2006. Disponível em: [http://www.fiesp.com.br/economia/pdf/crescimento\\_exporta%C3%A7oes.pdf](http://www.fiesp.com.br/economia/pdf/crescimento_exporta%C3%A7oes.pdf).

FILGUEIRAS L.; PINHEIRO, B.; PHILIGRET, C.; BALANCO, P. Modelo liberal-periférico e bloco de poder: política e dinâmica macroeconômica nos governos Lula. In: OS ANOS Lula – Contribuições para um balanço crítico 2003-2010. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2010. p. 35-69.

FURTADO, J. Sistematização do debate sobre política industrial. In: CASTRO, A. C. (Org.). *Desenvolvimento em debate: painéis do desenvolvimento brasileiro I*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002. v. 2.

GONÇALVES, R. Vulnerabilidade externa e crise econômica no Brasil. *Revista Inscrita*, Rio de Janeiro, v. 8, p. 11-20, 2009.

\_\_\_\_\_. Desempenho macroeconômico em perspectiva histórica: Governo Lula (2003-10). OS ANOS Lula – Contribuições para um balanço crítico 2003-2010. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2010. p. 161-179.

\_\_\_\_\_. *Análise comparativa do governo Lula: perspectiva histórica*. 2010. Disponível em: [http://www.ie.ufrj.br/hpp/intranet/pdfs/analise\\_comparativa\\_do\\_governo\\_lula\\_07\\_junho\\_2010.pdf](http://www.ie.ufrj.br/hpp/intranet/pdfs/analise_comparativa_do_governo_lula_07_junho_2010.pdf).

HERMANN, J. Sistematização do debate sobre “desenvolvimento e estabilidade” no Brasil. In: CASTRO, A. C. (Org.). *Desenvolvimento em debate – Painéis do desenvolvimento brasileiro*. Rio de Janeiro: Ed. Mauad e BNDES, 2002. v. 1.

IEDI – Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial. *A política de desenvolvimento produtivo*. 2008a. Disponível em: [http://www.iedi.org.br/admin\\_ori/pdf/20080529\\_pdp.pdf](http://www.iedi.org.br/admin_ori/pdf/20080529_pdp.pdf).

\_\_\_\_\_. *A evolução da estrutura industrial*. 2008b. Disponível em: [http://www.iedi.org.br/admin\\_ori/pdf/20080930\\_estrutura\\_ind.pdf](http://www.iedi.org.br/admin_ori/pdf/20080930_estrutura_ind.pdf).

JAYME JR., F. G.; RESENDE, M. F. C. Crescimento econômico e restrição externa: teoria e a experiência brasileira. In: MICHEL, R.; CARVALHO, L. (Org.). *Crescimento econômico: setor externo e inflação*. Rio de Janeiro: Ipea, 2009. v. 2.

LAPLANE, M.; SARTI, F. Prometeu acorrentado: o Brasil na indústria mundial no início do século XXI. In: CARNEIRO, R. (Org.). *A supremacia dos mercados e a política econômica do governo Lula*. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

MARKWALD, R.; PUGA, F. *Focando a política de promoção de exportações*. 2002. (Texto para Discussão, FUNCEX, n. 160). Disponível em: [http://www.bndespar.com.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro\\_desafio/Relatorio-04.pdf](http://www.bndespar.com.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro_desafio/Relatorio-04.pdf)

MEDEIROS, C. A. Salário mínimo e desenvolvimento econômico. In: BALTAR, P.; DEDECCA, C. S.; KREIN, J. D. *Salário Mínimo e desenvolvimento*. Campinas, SP: Unicamp. IE, 2005.

MOREIRA, S. V.; MILHOMEM, E. E. L. *Evolução recente do comércio exterior brasileiro com os países do Mercosul*. Rio de Janeiro: Ipea, jan. 2010. (Texto para Discussão, n. 1466).

PUGA, F. P. *A inserção do Brasil no comércio mundial: o efeito China e potenciais de especialização das exportações*. Rio de Janeiro: BNDES, out. 2005. (Textos para Discussão, n. 106).

\_\_\_\_\_. Porque crescem as exportações brasileiras. *Visão do Desenvolvimento* – BNDES, n. 1, 20 jun. 2006.

SABÓIA, J. M. O salário mínimo e seu potencial para a melhoria da distribuição de renda. In: BARROS, R. P.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. (Org.). *Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente*. Brasília: Ipea, 2008. v. 2.

\_\_\_\_\_. Salário Mínimo e mercado de trabalho no Brasil no passado recente. In: BALTAR, P.; DEDECCA, C. S.; KREIN, J. D. *Salário Mínimo e desenvolvimento*. Campinas, SP: Unicamp. IE, 2005.

\_\_\_\_\_. Emprego industrial no Brasil: situação atual e perspectivas para o futuro. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, IE/UFRJ, v. 5, Edição Especial, p. 207-229, 2001. Disponível em: [http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivo/secex/sti/indbrasopodesafios/revecocontemporanea/art\\_09JoaoSaboia.pdf](http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivo/secex/sti/indbrasopodesafios/revecocontemporanea/art_09JoaoSaboia.pdf).

SANT'ANNA, A. A.; BORÇA JR., G. R.; ARAÚJO, P. Q. Mercado de crédito no Brasil: evolução recente e o papel do BNDES (2004-2008). In: FERREIRA, M. R. F.; MEIRELES, B. B. (Org.). *Ensaio sobre economia financeira*. Rio de Janeiro: BNDES, 2009.

SOUZA, N. J. *Desenvolvimento econômico*. 5. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2005.

TROVÃO, C. J. B. M.; JUNGBLUTH, A. Empresas exportadoras versus não-exportadoras: a geração de emprego direto formal na região Nordeste. *Leituras de Economia Política*, Campinas, Unicamp. IE, n. 14, p. 32-54, 2008.

\_\_\_\_\_. *Emprego, indústria e condição de exportação: a evolução do mercado de trabalho formal no Brasil de 2002 a 2008*. 2010. Dissertação (Mestrado)–Instituto de Economia, Unicamp, Campinas, 2010.

WEISSHEIMER, M. A. *Bolsa família: avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.